

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

COMUNIDADES E POBREZA URBANA: DO PROTAGONISMO à GESTÃO?

Cibele Saliba Rizek (USP)

Comunidades e Pobreza Urbana: do Protagonismo à Gestão?

Aproximações

Resumo

Esse texto é produto de um conjunto de reflexões e considerações que nasceram de duas pesquisas empíricas realizadas entre 2001 e 2005, que buscavam qualificar os vínculos entre as dimensões da cidade e as dimensões da política, quer através dos desdobramentos dos movimentos de moradia e suas conquistas na forma de conjuntos habitacionais construídos por mutirões autogestionários, quer na forma da participação da população na experiência paulistana do Orçamento Participativo. O texto procura assim estabelecer uma reflexão crítica sobre alguns fios que nasceram desses contextos – as formas de enunciação de trajetórias e seus temas, em especial a relação entre situação urbana, trajetórias individuais, tempos e processos societários e situações de sofrimento; a instituição e destituição das “comunidades”, associações e programas sociais onipresentes em situações de pobreza e seus vínculos com a instituição e destituição da ação política, no contexto recente que emoldura de modo inédito a “questão social” corporificada na chamada “questão da pobreza”; as relações entre trajetórias, dispositivos, gestão e política.

Comunidades e Pobreza Urbana: do Protagonismo à Gestão?

Aproximações ¹

A construção desse texto se deve a uma releitura de informações e dados coletados em duas pesquisas realizadas entre 2001 e 2005. Essas investigações conduziram a um conjunto de reflexões de natureza teórica e metodológica. Parte das dimensões teóricas que apresento como aproximações compõem minhas indagações aqui expressas. Sobre as considerações metodológicas cabe mencionar apenas alguns procedimentos, em especial aqueles que se assentam na fusão de formas de investigação diversas, nesse caso, entrevistas que se voltavam para trajetórias de trabalho, de moradia, de participação política, como canais de apreensão ou de construção do sentido de experiências como a inserção em um programa de uma política pública de moradia por mutirões auto-gestionários e/ou a construção da participação em instâncias de gestão democrática como o Orçamento Participativo. Se essas investigações tinham como objeto dimensões relativas a políticas públicas ou formas de gestão, essas entrevistas tinham como propósito a apreensão das dimensões e sentidos que só podiam ser elucidados pela confluência dos destinos pessoais e familiares com momentos claramente demarcados pela constituição de políticas públicas que pressupunham “participação popular” e/ou formas democráticas de gestão². É, assim, na confluência entre trajetórias individuais e alguns de seus momentos e sua articulação com os tempos e os processos do mundo social, do espaço político, dos movimentos sociais que as dimensões desse texto ganharam corpo.

As questões que lhe deram origem são provenientes de um conjunto de investigações ao longo das quais a relação entre a cidade e democratização, se mostrava como um eixo especialmente relevante, tanto no que diz respeito às dimensões de pertencimento quanto no que diz respeito às possibilidades e impossibilidades de ação política. No rastro dos diagnósticos que apontam a morte das cidades, tal como as promessas modernas a enunciavam (isto é, como o território de um anonimato que também quis dizer liberdade e mobilidade, como territórios onde a constituição da subjetividade humana contraposta à natureza poderia enfim, se realizar, como territórios da civilidade, civilização e formação e, deste ponto de vista, como territórios onde as possibilidades de emancipação poderiam se constituir como horizontes) acabei por formular, como questão e como busca de ancoramento empírico para me confrontar com essa hipótese, algumas das experiências possivelmente democratizantes que tinham a cidade, sua gestão e algumas políticas de habitação como norte e que poderiam apontar para um horizonte de recuperação das dimensões políticas de um

pertencimento e de uma instituição (ou laivos de reinstituição) de um mundo comum (na acepção Arendtiana) ou de constituição de esferas publicizantes onde a ação pública pudesse ainda se afirmar ou ganhar visibilidade. As questões que deram origem a esse texto foram surgindo no trabalho de campo, isto é, durante as entrevistas e visitas a delegados e conselheiros do Orçamento Participativo de São Paulo e durante as entrevistas com lideranças e moradores de conjuntos construídos por mutirões auto geridos. Nessas experiências algo das possibilidades reais de democratização, de lutas por direitos, de experiências de emancipação e de publicização poderiam se contrapor à dureza das condições de desigualdade e descartabilidade de parcelas inteiras da população, determinadas pelas novas condições do mercado de trabalho, pela enorme precarização dos vínculos de trabalho, pelos rumos das determinações econômicas.

Nessa procura, entre seminários, tabelas, questionários e entrevistas, ouvindo informantes em ocasiões de pesquisa, uma outra questão se desenhava: o vínculo que esses informantes estabeleciam entre a cidade, a situação de moradia e seus territórios e o sofrimento, por vezes difícil até mesmo de ser enunciado ou traduzido em palavras, como eixo transversal de suas experiências individuais e coletivas³. Não é o caso de reproduzir aqui as falas que apontaram no interior de experiências tidas como emancipatórias e publicizantes, experiências de democratização da cidade, uma outra dimensão talvez parcialmente publicizada pelas narrativas e comentários, mas frequentemente oculta em mapas e estatísticas, em índices que conferem à cidade uma dimensão objetiva, uma leitura de quantidades, uma expressão em números.

Uma primeira observação de início pode nos conduzir a uma dimensão que poderíamos ingenuamente qualificar como curiosa: é nas falas das mulheres que essa relação entre a cidade, um lugar na cidade e uma dimensão de dor, perda e sofrimento se configura. Nos discursos masculinos obscurecem-se as dimensões da dor, objetiva-se a violência, relacionam-se elementos díspares que explicam contextos. As mulheres, ao contrário, falam do sofrimento e da dor, frequentemente sem perder de vista os elementos que seriam seus determinantes. As mulheres falam de si e falam de outro modo dos territórios que se constituem em fios condutores da narrativa, em contextos de sociabilidade, em perdas e ganhos. É assim pela voz das mulheres, que as dimensões das trajetórias vividas, da experiência, da perda e do sofrimento aparecem nas minhas preocupações, mesmo que tenha tido que recorrer a algumas entrevistas de informantes do sexo masculino no âmbito dos comentários que compõem essa comunicação.⁴

A primeira dimensão a ser apontada a partir dessas falas diz respeito a perdas enunciadas e silenciadas que como que atravessam, por várias dimensões, trajetórias e percursos. Nas falas, o que fica patente pelo que se enuncia e, às vezes, pelo que se silencia, é a impossibilidade de diferenciação entre destinos individuais e destinos comuns, um enlace entre cada trajetória, cada percurso e esse destino comum, quase sempre configurado pela falta (da casa, da escola, da gratuidade de transportes, de bens e serviços, de reconhecimento, de amparo) e, por meio dessas faltas, a enunciação de um julgamento sobre o que é justo ou não, o que é legítimo ou não. Essa impossibilidade, explicitada em cada fala, freqüentemente vem acompanhada pela enunciação de critérios de julgamento sobre o espaço da cidade e o mundo social, sobre as condições econômicas, sobre os contextos urbanos de violência, sobre o que se pode comprar e aquilo que não poderia nem deveria ser comprado. (A idéia por exemplo de que o acesso à justiça ou a alguns dos equipamentos e serviços coletivos deveria ser igualmente possível para todos, é freqüentemente enunciada ainda como desejo ou como situação ideal contraposta à situação real)

Assim uma senhora idosa, comentando a respeito do destino de seus filhos afirma: “perdi meus dois filhos homens e o terceiro está às voltas com a droga e a bebida, mas ... eu não sou exceção, aqui onde eu moro (na fronteira leste da cidade de São Paulo, o Jardim São Carlos) em todas as casas, em todas as famílias é assim: todas as mães já perderam um filho, de morte, de droga ...” Uma outra mulher, solteira, militante do movimento de moradia declara: “foi o sofrimento que me trouxe até aqui (um conjunto construído em mutirão autogerido na fronteira entre São Paulo e Mauá). Era um sofrimento tão grande que eu precisava de um outro sofrimento, maior ainda, pra esquecer e continuar vivendo”. Sobre esse primeiro sofrimento, seus nomes ou razões, porém, silencia. Era quase indizível. Seu relato continuou na descrição dos inúmeros contratempos e dificuldades do movimento de moradia, do canteiro de obras, das formas de sociabilidade do conjunto habitacional que resultara, para ela, de seu ingresso no movimento de moradia, cuja causa - um grande sofrimento - não podia ser enunciada. Assim também, no caso de minha primeira informante, foi possível notar que, ainda que organize seu relato sobre sua trajetória biográfica, urbana e política tendo como centro a doença e a morte de seu companheiro e de seus filhos, a falta de assistência médica, a impossibilidade do recebimento da pensão do marido doente sem ação judicial, o auxílio irrisório (pelo qual tinha lutado judicialmente) e insuficiente para a sobrevivência, as múltiplas idas e vindas – (do Paraná para São Paulo, de um bairro pra outro, de um emprego pra outro), calou-se sobre os episódios em si, omitiu-se ou justificou aquilo que talvez fosse doloroso demais para ser dito⁵. Uma terceira informante se queixava do pagamento de

impostos: era impossível pagar pela gleba toda do mutirão, já que o parcelamento (da gleba e do IPTU) ainda não tinha acontecido. Sua situação de cliente, empregada precariamente como cabo eleitoral, ou – em períodos não eleitorais - trabalhando a serviço de um vereador do PT de Diadema, combinada com “um marido encostado no INPS”, ex-caminhoneiro, acaba colocando em questão todo o esforço de inserção no movimento de moradia, de construção da casa própria, bem como as formas de sociabilidade que se constituíram a partir do fim do mutirão. Mesmo assim, inicia sua fala sobre o período áureo da conquista do terreno, enunciando um momento heróico que se desvaneceu, provocando funda decepção, rupturas, isolamento, desfiliação, reconhecimento da produção da desigualdade em um território de convivência entre iguais.⁶

Em primeiro lugar, uma observação é necessária: quais as dores e sofrimentos relatados são, por assim dizer, propriamente relativos à cidade, aos seus territórios? Trata-se do urbano, propriamente dito, ou de uma cidade pensada como forma de sociabilidade, como forma de constituição de uma comunidade política, permeada e constituída pelas dimensões públicas da vida, ou ainda da sua ausência? Parte desses relatos dizem respeito a um conjunto de sofrimentos do corpo – distâncias a serem percorridas, caminhos elameados, falta ou precariedade extrema de moradia, ausência de serviços públicos, impossibilidade de acesso aos serviços privados – a faculdade que não pode ser paga, a desistência dos estudos; outros momentos desses relatos dizem respeito a questões judiciais de vários âmbitos – a aposentadoria que não sai, o auxílio doença que é difícil de ser obtido; ou a questões relativas às gigantescas dificuldades do mercado de trabalho - o trabalho informal e sem nenhuma garantia, as frágeis compensações imediatas por um trabalho subordinado e desprovido de qualquer norma contratual; por fim as negociações em torno da onipresença do tráfico de drogas, de seus procedimentos e códigos, de suas práticas.

Toda uma outra gama das perdas que atravessam falas e entrevistas dizem respeito a esperanças que foram perdidas ou traídas. Trata-se especialmente de perceber desmanches, deslocamentos, rupturas no interior do que tanto para os atores, como para os programas sociais ou de habitação, se configuram como “comunidades” que, por sua vez, se revestem do caráter de públicos-alvo de políticas de geração de emprego e renda, de políticas habitacionais de cunho supostamente emancipatório, de ONGs de todos os tipos, de todo um novo espectro de atores que instituem uma face ou uma configuração nova para a chamada “questão social” que tem na cidade, em sua constituição e destituição seu desenho mais claro. Ora, a “comunidade” e seu elogio são parte dos discursos que se instituem, adquirem positividade, ao supostamente enraizar os desenraizados, constituem e delimitam públicos alvo,

devidamente singularizados, viabilizam programas compensatórias, se contrapõem à lógica da cidade, identificada com as dimensões societárias e, assim, com aquilo que é identificado como frio, indiferente, distante, anônimo e perigoso. Estão presentes por todo tecido da pobreza urbana, mas se fazem valer, especialmente nas chamadas “hiperperiferias”, nas franjas ou fronteiras da cidade, nos seus limites de expansão recente.⁷

Mais ainda, talvez fosse preciso repensar e requalificar o que são essas comunidades, cuja principal dimensão é a proximidade, em boa medida territorial, considerada ora como pressuposto (as favelas ou pedaços de bairros, mutirões auto geridos, públicos alvo de políticas e programas sociais, etc) ora como resultado, mas quase sempre como contrapartida das várias faces do chamado “combate à pobreza”. Trata-se, sobretudo, de pensar como, a partir da fusão de enunciados nem sempre coincidentes, criou-se um consenso em torno da “participação da comunidade” em diversos níveis. Esses mecanismos múltiplos em que se requer a participação por um lado, e a comunidade, por outro, recobrem a coincidência e a força de um discurso que perpassa múltiplas posições, à esquerda e à direita, produzindo consensos cuja potência vai muito além dos programas públicos de inclusão, passando a fazer parte constitutiva do vocabulário social e político, tornando-se pouco a pouco, uma categoria compartilhada – ainda que com sentidos diferentes, por analistas, pelo poder público, pelos grupos sociais que habitam territórios da pobreza (favelas e periferias). Trata-se, então, de problematizar a instituição dessas comunidades cujo caráter de invenção e instituição ganha plausibilidade, revestindo de potencialidades supostamente democratizantes, esses novos “atores” que são a um só tempo pressupostos e contrapartidas de programas dos mais variados tipos – de distribuição de cestas básicas e ações de qualificação, pedagogização e capacitação, a programas habitacionais e de geração de emprego e renda. Ao que tudo parece indicar, essas comunidades plausibilizadas, ganham provisoriamente o estatuto de atores coletivos de processos muito mais amplos como aqueles que foram descritos por Pedro Arantes como ajustes urbanos.⁸

Se é possível detectar em cada caso o momento em que um determinado agrupamento urbano se torna uma comunidade – especialmente no caso dos mutirões auto geridos e de algumas favelas que se constituem em públicos alvo de políticas de urbanização⁹, por exemplo – é mais difícil detectar os processos de sua dissolução, ainda que a constatação dessa dissolução possa ser identificada caso a caso, pela permeabilidade dessas comunidades de proximidade e de pertinência às dinâmicas societárias do emprego na viração, da liminaridade e porosidade entre as dimensões legais e ilegais, lícitas e ilícitas, por quebras nas formas de sociabilidade e solidariedade, por dinâmicas inter geracionais que se contrapõem às

formas que pautaram as relações intrageracionais anteriores. De qualquer modo, as comunidades e sua plausibilidade como solo construído de pertencimento comum se rompem e se dissolvem provocando perdas enunciadas em muitos casos como resultado de violências simbólicas e subjetivas.

O que acontece quando essas comunidades se desfazem? Ou, antes, quando as práticas comunitárias e/ou comunitaristas são claramente invadidas pelas dimensões dessas dimensões societárias, contrapostas aos de dentro, ou ainda quando um outro tempo social faz o seu trabalho, dissolvendo o que, diga-se de passagem, pode nunca ter passado de um discurso que encobria práticas e conflitos que tendiam a ser escondidos e/ou escamoteados ou ainda desqualificados?

Essas questões e suas respostas ao longo dos últimos vinte anos me conduziram a um auto exame cujas conclusões, se corretas, atestam no mínimo um percurso de reflexão. Como se poderia pensar as comunidades e sua instituição ao longo dos anos oitenta? Em primeiro lugar, as figuras da comunidade e de sua naturalização e ou sacralização são tributários do discurso da Igreja, em especial da Igreja Católica, e de seu enraizamento nos movimentos sociais que aglutinaram parcelas da população pobre das cidades, e da Região Metropolitana de São Paulo, em particular¹⁰. O recurso à idéia de comunidade, ainda que provocasse discordâncias, era utilizado como matriz discursiva, ou como elemento de pertencimento e reconhecimento (ou ambos) podendo ser visto ora como artifício, ora como portador de um forte conteúdo ideológico, ora como forma que se vinculava às dimensões de um poder local que poderia experimentar e instituir práticas democráticas, em contraponto a um poder central claramente assentado nos horizontes de uma ditadura militar agonizante. Entretanto, as “comunidades” vingaram e foram muito além de um componente passível de ser caracterizado por seu caráter ideológico. É possível mesmo afirmar que onde quer que haja um programa social, passou a haver uma “comunidade” que se desenha como público alvo e como território de pertencimento. Nesse sentido, conformaram-se comunidades por toda parte e é possível observar que, olhadas de um outro ângulo, essas “comunidades” naturalizadas como um conjunto de relações de proximidade, estão longe de se constituírem apenas como inversão no terreno da ideologia, ou como representação um tanto equivocada e comprometida, como pertencimento e reconhecimento forçado das relações face a face.¹¹

Alguns exemplos podem ilustrar, então, o que parece ser um poderoso engenho de gestão, nos termos de uma dissolução do político em uma combinação de práticas que se assentam tanto na reposição de clientelas e seu *aggiornamento*, quanto nos novos ganchos em

que se encontram dependuradas parcelas inteiras das populações pobres das cidades brasileiras.

Nas experiências de pesquisa e de campo, especialmente relativas aos 10 mutirões estudados, a questão da constituição das comunidades e de sua dissolução são especialmente significativas:

1) porque se constituem como práticas “alternativas” que se assentam sobre um discurso basicamente pedagógico e pedagogizante de assessorias técnicas (ou ONGs de pés de barro)¹² e um público que têm que se constituir, queira ou não, em “comunidade” porque tem que supostamente gerir a escassez de recursos;

2) porque esses agrupamentos têm que enfrentar um período de fortíssimas solidariedades internas para negociar financiamentos insuficientes, além de participar ativamente dos canteiros, eles também “comunitários” sob a batuta de técnicos comprometidos com a realidade dura do trabalho e de sua divisão, com a realidade das pontuações necessárias para classificar a escolha das moradias já prontas, com o trabalho de gestão que não dispensa o trabalho no canteiro, ou na cozinha ou creches comunitárias;

3) porque são propostos e vividos como territórios de igualdade, ali mesmo onde a desigualdade, o controle estrito, a escassez e, por fim, a desigualdade se desenham no plural.

O que dizer então de um discurso comunitário que freqüentemente se coloca na contramão da cidade e na contramão da ação política? Seu caráter se refere à velha ideologia como inversão, como câmera escura? A questão parece ser muito mais complicada, na medida em que as dimensões comunitaristas apontam nitidamente para mecanismos de gestão da pobreza, para as dimensões do controle, para o avesso da possibilidade de política e mesmo da cidade como comunidade política. As representações também vistas como comunitárias no interior do Orçamento Participativo não escapam a essas dimensões.¹³ Assim, nas falas recolhidas e ainda parcialmente analisadas, o discurso comunitário (por vezes desqualificado como corporativista, o que é no mínimo contraditório), além de ratificar e legitimar todos os programas sociais de caráter estritamente voltado para um “público-alvo”, é parte constitutiva por um lado, de todas as boas intenções e, por outro, da constituição de uma nova ordem que parece ter vindo para ficar.

“Foi muito duro, porque o grupo dos cem – sabe a gente trabalhava junto, sofria junto e vivia junto – foi assim engolido pelos 180. E agora, você pode ver, agora tem casa aqui que avança nas esquinas, no que é de todos, tem casa de gente que não precisava morar aqui. Tem gente que toma o que é de todos – porque todos pagam pela gleba inteira – porque tem mais do que os outros, e muita gente do grupo dos

cem teve que ir embora.” (Mutirão Cazuzá – Diadema- Região metropolitana de São Paulo. Depoimento de uma militante do grupo dos 100.¹⁴)

“Então, quando a gente ocupou, depois da decisão do movimento, não tinha nada aqui. A gente amassava barro. O ponto de ônibus era longe, bem longe e a gente vinha a pé pelo barro, tinha que ter dois sapatos. Às vezes tinha que tomar o último ônibus na sexta-feira e chegar no sábado na hora de todo mundo. Quando não dava, marcava lá – atraso – e perdia ponto, como todo mundo. Então era duro, muito duro.”¹⁵

“Aí o padeiro contratado pela associação processou e ganhou (por direitos trabalhistas). Então a padaria está lá, mas tem que comprar pão em outras padarias e revender. As máquinas estão lá, enferrujando e não tem ninguém, nenhum menino aprendendo nada mais lá na padaria.”

“A coisa está complicada, porque tem menino daqui roubando e escondendo carro aqui. Roubaram até o carro da assistente social. E tem isso: a mãe desses meninos, era tudo companheirada do Movimento de Moradia. E agora? Agora ela defende o filho e a gente fica ... É por isso que eu acho que tem que ter regra. Eu sou a favor de contratar uma firma, uma empresa mesmo pra gerir, pra ter regra aqui. Não quero mais saber de auto-gestão”. (Depoimento de uma liderança da União da Jura)

Na igualdade, as desigualdades se desenham reestruturando espaços de moradia popular; na comunidade, os conflitos e redes do roubo, do narcotráfico, de todas as formas de ilegalidade (legitimados para uns, ilegítimos para outros) fazem seu trabalho, em geral contrapondo famílias e antigos militantes, além de desmontar solidariedades pela invasão das lógicas vigentes no mundo social. A autogestão, a gestão e administração de uma escassez que ganha ares de legitimidade por um lado e que se insere na lógica da viração generalizada (devidamente enobrecida quando recoberta pelo chamado empreendedorismo) por outro, dá lugar à defesa da administração empresarial da vida em condomínio em um conjunto construído em mutirão emblematicamente resultante da auto-gestão. A lógica comunitarista que teria, mais como discurso do que como prática, atravessado períodos inteiros de trabalho compartilhado, se desmancha por conflitos de toda ordem. E resta uma violência simbólica e real: a violência do desmanche de comunidades provisórias, de uma individualização da vida na viração, das mortes e roubos, do enfrentamento/adesão com ou ao tráfico e suas próprias formas de arbitragem e critérios de legitimação, combinados ou não com as redes de

clientela em relação a ONGs e programas públicos de emprego e renda, às bolsas escola, família, crédito solidário, etc...

Essa mistura de elementos, freqüentemente lida como o avesso da ordem, ou como o avesso dos horizontes de regulação urbana, se apresenta, na verdade como uma nova ordem que se constitui como o avesso da cidade, pelo menos nos termos de uma cidade cuja dimensão pública, ou representada em suas dimensões publicizantes e/ou democratizantes se fizessem valer¹⁶. Nessa nova ordem, alguns motes perpassam tanto as camadas populares quanto as camadas médias e as “elites”: trata-se, por um lado, de um conjunto de violências que redesenham a vida e os seus circuitos. De outro lado, o seu contraponto mais claro: a segurança, ela também privatizada e ostensiva. Nem uma nem outra podem, nessa nova ordem, ser tomadas como objeto. Elas não se constroem como objeto, na medida mesma que não se configuram a partir de recortes e limites. São antes, elementos que atravessam as várias dimensões da vida. Configuram e desenham relações, formas da moradia e da cidade, relações que se monetarizam também, formas poderosas de controle e de gestão, compatíveis com o colapso das idéias de certeza e segurança.

No âmbito de uma violência defensiva e privatizada, talvez fosse bom lembrar que os gastos anuais com segurança privada remontam a 5 bilhões de reais/ano no país¹⁷, justificando a auto segregação em condomínios e loteamentos fechados, bem como vultosos investimentos nesse novo segmento do mercado imobiliário paulistano. Nessa medida, a “questão social” ou, para falar como Rancière, a dimensão política que lhe é inerente passa a ser uma dimensão de gestão e de controle, recoberta por violências reais e simbólicas¹⁸ sendo reconstituída por atores e representações que revestem de normalidade e funcionalidade uma ordem pouco visível. Produz-se assim uma capa de normalidade que encobre o agravamento e rebaixamento dos impasses e aporias que configuram as possibilidades e impossibilidades de um grau mínimo de coesão e integração, de um conjunto de relações passíveis de serem identificadas como “comunitárias”.

No âmbito da população pobre, nas periferias, por um lado, a violência dos assassinatos e das mortes aparece configurada nos mapas e índices de risco, inclusão e exclusão. São alarmantes por um momento para em seguida serem incorporados e assimilados como elementos do cotidiano da cidade, permanentemente negociados e incorporados. Por outro lado, a violência simbólica que toma inúmeras formas – da redução de agrupamentos e movimentos a públicos-alvo de programas sociais que acabam se constituindo em parte da viração de todo dia, à invenção de uma figura fundamental aos pertencimentos e às formas de gestão da pobreza e da necessidade, às formas pelas quais a vida ou a sobrevivência é

administrada, ainda que essa administração tenha sido “terceirizada” por uma rede de atores: ONG’s e suas contrapartidas, as comunidades. Ali onde não há, é preciso criar uma “comunidade”: tanto no que se refere à forma do pertencimento, quanto no que se refere aos modos de participação. Ora, assim como a sociedade - ou a questão social - têm algo de figuração, algo de ficção ou mesmo, como quer R. Castel, se constituem como aporias, assim também as novas comunidades, que juntam os restos do que já foi dissolvido ou se encontram em estado de dissolução, se constituem em figuras ficcionais necessárias à gestão, parte integrante das formas de sociabilidade que se constituem como contrapartidas de financiamentos, tornando-se portanto, ficções operativas. Sua dissolução, porém, pelas lógicas mais amplas que traduzem os determinantes da ordem econômica e social e de seu poder de dissolução da ação política, é violenta, difícil, especialmente para aqueles que as constituíram como solo de pertencimento, como esperança, como sucedâneo ou expectativa pálida de um mundo social, público ou comum. Com o esgarçamento desses solos comunitários ficcionais, desmoronam as esperanças de um acontecer, desmancham-se territórios de solidariedades, demonstra-se a impossibilidade da igualdade, freqüentemente, a impossibilidade da ação coletiva, ou seu reencaminhamento para práticas associativas, igualmente ancoradas nas redes das contrapartidas e dos financiamentos multilaterais, públicos ou de responsabilidade social¹⁹. Com essa dissolução, ganha densidade, na maior parte das vezes, um enorme sofrimento, a reversão de um horizonte de expectativas e de uma forma de reconhecimento que tornavam a vida possível.

“Não sei se era necessário passar por isso pra ter uma casa. (liderança comunitária que transformou a padaria comunitária em pequeno negócio, que lhe provê a subsistência). Tem amigo meu que não passou por isso que tem casa. Tem amigo que não tem. Não sei...” (Líder da Associação Comunitária Sonia Ingá, Zona Sul de São Paulo)

Esse é o balanço um tanto frio de alguém que passou 25 anos construindo e gerindo um mutirão. Obteve a casa no Capão Redondo, onde grassa a mesma violência real das periferias sul da cidade de São Paulo. A “comunidade” que se desfez e refez ao longo desse período - que inclusive cobra a associação dos moradores uma suposta dívida, já que passou por inúmeros revezes, suspensões de financiamento, problemas com as diretorias e com as prestações de conta das obras, pelo longo tempo de espera e construção, pela transformação do solo social e político da experiência de luta e obtenção da moradia, pela passagem por várias assessorias técnicas, pelo reconhecimento do uso da pobreza e da impossibilidade da casa por um conjunto de experimentos técnicos de baixo custo, lado a lado com a luta comum,

em resumo, por uma longa trajetória desde o início do movimento com o Pró Morar da zona sul da cidade de São Paulo - marca esse relato. O que se enuncia nesse caso, de forma ácida é uma impossibilidade de conferir sentido pleno para um processo que criou e desmanchou essas práticas e formas sociabilidade, em nome da produção da casa própria, de uma “comunidade” como público alvo de programas de habitação, na fronteira sul da cidade de São Paulo.

No caso das mulheres de outras periferias – também em situações de fronteira provisória, rapidamente assimilada à cidade, nos confins da Zona Leste, ganha relevo a enunciação da violência real, de uma perda da “comunidade”, como prática do movimento de moradia (ocupação, negociação, trabalho em canteiro de obras e na administração dos recursos) comida por dentro, impossibilitada pelo assalto das lógicas que estruturam as formas recentes de individualização pela viração, pelas novas clientelas, pelos acordos com o narco tráfico, pela instauração das desigualdades em um território pensado e construído, como território de igualdades, pela dura individualização dos contratos de pagamento à CDHU.

Na ausência da ação política ou no seu encolhimento, na fratura da comunidade de pertencimento talvez sobre apenas o que talvez pudéssemos denominar, com Agamben (2002), de negociação em torno da linha de demarcação entre a vida e a vida nua, a duríssima experiência da sobrevivência e aqui e ali algum lampejo breve que recoloca as dimensões de uma igualdade e de uma justiça que pudessem ampliar ou constituir algum território de inserção e de ação e devolver a cidade para uma parcela de seus moradores.

Desse ponto de vista, talvez se possa aproximar as comunidades que se constituem como público alvo por um lado e como pertencimento, ainda que breve, por outro, como expressão e mote da construção das territorialidades que as abrigam (a favela, o mutirão, pedaços de bairros, setores mais ou menos homogêneos da cidade) como modulações plausíveis e bastante operantes de um modo de figurar e gerir a pobreza²⁰. Desse ponto de vista, há aí muito mais do que representação invertida, representação ideológica do real. Em relação às comunidades dos anos oitenta, talvez possa ter ocorrido algo semelhante ao deslizamento semântico de expressões e horizontes críticos, de palavras que funcionaram como palavras de ordem, tais como cidadania, espaço público, sociedade civil, devidamente domesticadas e moduladas pelos anos de desmanche. Talvez no conflito e disputa pelos sentidos de cada um desses termos, seja possível encontrar também a destituição das formas anteriores de ação política, a acomodação e os dispositivos de controle, novas molduras para a possibilidade e impossibilidade da atuação pública.

Configura-se e desfigura-se para as populações pauperizadas das periferias urbanas, algo semelhante ao que Baumann descreve e analisa como uma figuração da comunidade como expediente de segurança, diante do medo e das formas de proteção, como segurança do mesmo e como desertificação da experiência, inclusive da experiência urbana. Comunidades de pobres para pobres, confinamento e modulação do controle, algo da ilusão necessária para a constituição de uma normalidade e de um pertencimento em meio ao risco, ao perigo, à insegurança²¹, essas comunidades ganham assim novos significados, quer por deslizamento semântico quer por adquirirem novos sentidos. São formas pelas quais as “novas classes perigosas” são gerenciadas²² e gerenciam parcialmente formas de participação e colaboração, formas de pertencimento que desenham e redesenham fronteiras entre um “nós” e um “eles”, limites e permeabilidades entre o legal e o ilegal, gerando misturas quase inimagináveis para a reflexão constituída pelos anos oitenta, entre movimentos sociais, práticas vinculadas às esferas das “ilegalidades”, programas sociais de todos os tipos, recortes e identidades como públicos-alvo, formas de representação e organização em associações e suas relações com ONGs, associações e assessorias. Também é visível que passa por aí todo um novo espectro de intervenções que configuram um outro modo de ação do Estado, pela “terceirização” da “questão social”.

Parece ficar claro que o discurso e as práticas que constituem e destituem essas “comunidades”²³ acabam por fazer parte dessa ficção necessária à gestão participativa da pobreza, portadoras de um novo desenho das linhas de divisão das fronteiras entre as comunidades e dessas com a cidade. No trato coletivo com grupos organizados como “comunidades”, o conflito, os embates acabam por ser paulatinamente substituídos por um saber difuso que se aproxima de uma tecnologia social ou mesmo de uma tecnologia do social, produzindo novas práticas, freqüentemente pedagogizadas, novos saberes, novos empreendimentos e toda uma indústria de premiações nacionais e internacionais. Note-se ainda que essas comunidades, freqüentemente redesenhadas como associações recobrem muitos dos sentidos da chamada “sociedade civil organizada”, horizontalizada e despolitizada quer por novas formas de controle, quer por um mercado de verbas públicas e privadas que financiem os programas contemporâneos de inclusão social. Talvez parte das teorias oriundas das ciências sociais sejam, elas também, momentos constitutivos dessa forma de encenar e figurar as formas de desigualdade assimiladas como inevitáveis, como objeto de gestão e administração.

Entretanto cabe lembrar que nos relatos em entrevistas, como quer Déjourns, cada um dos informantes formulou suas clivagens entre os critérios que separam a justiça da injustiça,

tanto do ponto de vista de suas comunidades, quanto do ponto de vista de suas descrições da cidade de São Paulo e, por meio dela, da face mais visível das dimensões societárias, assimiladas à cidade. Talvez nessa chave ainda seja possível encontrar a aproximação entre justiça, injustiça e sofrimento.

Uma última observação sobre as fronteiras da cidade se faz necessária. Essas fronteiras são limites do território administrativo da Cidade de São Paulo e frequentemente se combinam com a expansão dos outros municípios que compõem a Região Metropolitana, ou a Grande São Paulo. São territórios recentes, constituídos pela ocupação legal/ ilegal das franjas da cidade, de acordo com a disponibilidade de terras e seu desenho nos últimos vinte anos. Essa disponibilidade para além das chamadas “periferias consolidadas” acabou por gerar uma expansão da ocupação limitada por áreas de preservação ambiental que acabaram, elas também por serem assimiladas. Parte das entrevistas realizadas tiveram lugar nessas fronteiras sul e leste – Capão Redondo e a antiga Fazenda da Juta. Uma das entrevistas comentadas foi realizada no Jardim São Carlos – área relativamente recente pertencente a Guaianazes e uma outra no chamado Buraco do Cazuzu, em Diadema. Esses territórios são alvos privilegiados dos programas sociais, assim como são facilmente identificáveis como territórios da pobreza urbana. Cabe notar ainda que o crescimento populacional desses territórios é significativamente maior do que o dos demais territórios e distritos da cidade. Essas fronteiras urbanas, identificadas como hiperperiferias, fronteiras, zonas peri-urbanas, são também territórios onde pululam associações e comunidades, programas públicos e privados, ONGs, em meio a um processo de crescimento que se contrapõe a um encolhimento populacional da chamada cidade consolidada. Alguns dados disponíveis em artigo de H. Torres podem demonstrar a dimensão desse fenômeno (TORRES, 2004). Entre 1990 e 2000 o conjunto da cidade de São Paulo cresceu 1,4% ao ano, mas esse índice corresponde a um crescimento negativo da chamada cidade consolidada, de – 1,3% ao ano e a um crescimento demográfico das fronteiras de 6,3 % ao ano. Nesse mesmo período, a chamada periferia consolidada apresentou uma taxa de crescimento próxima do conjunto de 1,3% ao ano. O mesmo autor mostra que a população dessas franjas, exatamente porque crescem a um ritmo muito maior do que o restante da cidade correspondiam, em 2000, a 30% da população da cidade, contra cerca de 14% do total de habitantes em 1990.

Para além dos fenômenos clássicos descritos, por exemplo, por L. Kowarick, como espoliação urbana, as fronteiras da cidade e sua dinâmica estendida para as fronteiras da região metropolitana parecem se constituir em elemento que aponta para uma cidade que não ganha forma, cujos limites são continuamente empurrados e redesenhados, escapando cada

vez mais dos parâmetros clássicos de uma gramática que separava centros de periferias. Talvez sejam outras as separações e categorias que devem merecer nossos esforços de compreensão. Entre elas a forma como opera e os novos significados da comunidade e das associações, as novas permeabilidades entre gestão, pobreza e sociabilidades, as permeabilidades e porosidades entre programas sociais, comunidades, legalidades e ilegalidades, negociação e violência.

Uma última observação talvez possa ainda emoldurar a questão das comunidades como instrumento de gestão e de controle da pobreza. Talvez essa seja a contraface do que alguns autores denominem, à falta de outra designação, de Estado de Exceção, ou mesmo Estado de Emergência²⁴, na busca de um conceito que possa emoldurar a situação econômica e política contemporâneas. Entretanto, talvez seja preciso ir além, reconhecendo, com Vera da Silva Telles, um conjunto de porosidades e permeabilidades que caracterizam as atuais fronteiras entre legalidades e ilegalidades, governamentalidades²⁵ e política, agenciamentos, dispositivos e pertencimentos, formalidade e informalidade, buscas de resolução e funcionalização da pobreza.

“Se queremos, de verdade, entender alguma coisa, é preciso deslocar o parâmetro e decifrar o jogo dessas relações, conexões, articulações que se fazem nessa indistinção do legal e ilegal, do lícito e ilícito, e daí, fazer aparecer, como forças atuantes e estruturantes, os vários atores e coletivos envolvidos, desde o Estado e suas agências nacionais, as grandes corporações econômicas e suas ramificações globalizadas, o sistema financeiro e os fluxos digitais-virtuais de circulação da riqueza, as agências transnacionais das quais não escapam as ditas humanitárias que se alimentam das desgraças do mundo e mobilizam os ‘mercadores do bem’, tudo (...) sintonizado, aliás, com os fluxos de circulação de riqueza. Tudo isso compõe muito concretamente a tal globalização que, longe de ser uma entidade abstrata, só consegue se efetivar porque se ancora nos processos situados em cada lugar, em simbiose com as idiosincrasias de cada país, com sua própria história e circunstâncias do jogo político e das suas economias.” E conclui nos termos que se seguem: “a obsessão securitária contra o tal ‘crime organizado transnacional’, (entre nós, podemos acrescentar: entre pobreza e insegurança), apenas serve para justificar o reforço dos poderes de polícia e os dispositivos repressivos em detrimento das liberdades.”

Acatados esses pressupostos, não se trata de separar em dois campos demarcados normalidade e exceção, a lei e sua suspensão, a formalidade e a informalidade, mas ao

contrário, perceber transversalidades, liminaridades, confluências que redefinem os dois lados dessa equação.

Bibliografia citada

AGAMBEN, G. *Homo Sacer – O poder Soberano e a Vida Nua*. Belo Horizonte: Humanitas/UFMG, 2002.

ANDERSON, B. *Imagined Communities*. 11a. ed. Nova York: Verso, 2002.

ARANTES, P. *O Ajuste Urbano. A política do Banco Mundial e do BID para as cidades latino americanas*. Dissertação de mestrado apresentada a FAUUSP, 2004.

BAUMAN, Z. *Comunidade – a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.

CABANES, R. “Espaço Privado e Espaço Público – o jogo de suas relações, São Paulo, Brasil” in TELLES, V. S.; CABANES, R. *Nas Tramas da Cidade*. São Paulo: Humanitas, 2006.

CARDOSO, I.C.C. *Cenas Cariocas de transformação nas formas urbanas do trabalho e da cidade: onde está a invenção da política?* Tese de doutoramento apresentada a FFLCH-USP, 2005.

CASTEL, R. *A Insegurança Social. O que é estar protegido?* Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

DAGNINO, E. *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

DÉJOURS, C. *Souffrance en France. La banalisation de l'injustice sociale*. Paris: Éd. Du Seuil, 1998.

DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.

FOUCAULT, M. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MAGALHÃES Jr, J.C. *O Mercado da Dádiva: formas biopolíticas de um controle das populações periféricas urbanas*. Dissertação de mestrado apresentada a FFLCH-USP, 2006.

OLIVEIRA, F. “O urbano e o Estado de Exceção” in *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v.5, no. 1, maio de 2003.

PAOLI, M.C. “O mundo do indistinto” in OLIVEIRA, F. e RIZEK, C. S. *A Política na Era da Indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007. (no prelo)

PAULANI, L. “Capitalismo Financeiro e Estado de Emergência Econômico no Brasil”. São Paulo, mimeo, 2006.

PMSP. *Diagnóstico Bairro Legal*. São Paulo, mimeo, 2003.

RIZEK, C.S. “A Delicadeza da Palavra” in Tese de Livre Docência. Departamento de Arquitetura e Urbanismo, EESC-USP, 2005.

RIZEK, C. S. “São Paulo: Orçamento e participação” in OLIVEIRA, F. e RIZEK, C. S. *A Política na Era da Indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007. (no prelo)

RIZEK, C.; BARROS, J.; Bergamin, M. “Apolítica de produção habitacional por mutirões autogeridos - construindo algumas questões”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 5, no.1, 2003.

SADER, E. *Quanto Novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SANTOS, L. G. “Brasil Contemporâneo: Estado de Exceção?” in OLIVEIRA., F. e RIZEK, C. S. *A Política na Era da Indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007. (no prelo)

SANTOAMORE, C. *Lupa e telescópio o mutirão em foco*. Dissertação de mestrado apresentada à FAUUSP, 2005.

SARRIS, G.C. *Cenas, Cenários e Personagens Urbanos*. Dissertação de mestrado apresentada à FFLCH-USP, 2006.

TORRES, H. “Fronteira Urbana” in <http://www.centrodametropole.org.br/abep2004> (consultado em abril de 2006).

¹Esse texto nasceu a partir de um conjunto de investigações centradas nas dimensões da produção habitacional por um lado, e na constituição do Orçamento Participativo em São Paulo, por outro. Não cabe, nesse momento, discuti-las em seus procedimentos, mas apontar um número significativo de depoimentos relativos à trajetória de mulheres moradoras, ou de mulheres que ocupavam papéis de liderança, consagrados por sua eleição como delegadas ou conselheiras do Orçamento Participativo em São Paulo, que generosamente falaram de si. Essas falas – e algumas delas em particular - continuaram ressoando em questões, problemas, modos de narrar as dimensões familiares e urbanas, dimensões políticas que permeavam dimensões privadas e vice-versa, mas sobretudo pareciam apontar para um modo de enunciação que, ao menos indicativamente, se configurava como representações discursivas de uma experiência de gênero. Em outros momentos a dimensão que aproxima formas de enunciação, objetos de discurso e gênero já foram objeto de minhas preocupações. Nesse sentido ver RIZEK, 2005.

² Ver a esse respeito Robert CABANES (2006).

³ Um autor em particular é importante para tornar a questão do sofrimento percebido e registrado em campo em tema passível de ser tratado para além das dimensões individuais e subjetivas. Trata-se do livro de C. Déjours que associa duas dimensões: sofrimento e injustiça. Déjour caracteriza as dimensões do sofrimento na

perspectiva da compreensão dos vínculos entre banalização do mal, de clara referência Arendtiana e a crescente tolerância à injustiça. Ver a esse respeito DÉJOURS, 1998.

⁴ Também é verdade que esses discursos endereçavam-se a ouvidos femininos. A presença de uma entrevistadora que se dispunha a ouvir e a perguntar sobre trajetórias perpassadas de questões familiares e pessoais também contribuiu para que algumas enunciações e não outras fossem se configurando ao longo das entrevistas. Na obra citada acima de Déjours, há uma diferenciação interessante entre as reações e discursos masculinos e femininos que haveria interesse em explorar. Os homens, ainda que predominantemente e não exclusivamente seriam mais marcados pelo que o autor denomina de ideologia defensiva, ou cinismo viril, mobilizando defesas coletivamente constituídas contra o sofrimento do outro ou contra a aceitação e a realização de tipos de trabalho caracterizados como “trabalho sujo”. Ver DÉJOURS, *Op. Cit.*, p.123-137.

⁵ A respeito da morte de um de seus filhos, essa informante relatou uma história implausível que a relacionava a uma suposta militância nos movimentos negros. Teria ido procurar a polícia para tentar saber as razões do assassinato, mas os policiais teriam-na ameaçado, dizendo que era melhor que ela se calasse, já que sua curiosidade sobre o crime poderia lhe causar a vida. A narrativa indicava de modo às vezes mais velado, às vezes mais explícito, que o filho morto tinha contatos com grupos e/ou práticas clandestinas ou ilegais.

⁶ A primeira informante foi entrevistada em 2003, por ocasião da pesquisa sobre o Orçamento Participativo de São Paulo. A segunda informante foi entrevistada em fevereiro de 2005 e foi liderança do Movimento de Moradia, bem como da associação que construiu por mutirão a União da Juta. A terceira entrevistada é moradora do Cazuzu, que enfrentava, ainda em 2005, dificuldades de parcelamento do solo bem como uma série de outros impedimentos provenientes da especificidade deste mutirão. Ver a esse respeito RIZEK, C.; BARROS, J.; BERGAMIN, M. (2003).

⁷ A esse respeito cabe mencionar as mais de trezentas associações constituídas em Cidade Tiradentes, ou o “tecido associativo” identificado no extremo sul da cidade de São Paulo por SARRIS (2006) e MAGALHÃES JR. (2006).

⁸ “O sentido do ‘ajuste urbano’ encontra-se no intervalo, altamente conflituoso, entre a norma e os desvios a serem disciplinados não excluindo a inversão dos termos dessa equação do ajuste, caso em que anomalias da cidade periférica acabam normalizadas como regra. Como a palavra ‘ajuste’ denuncia, trata-se tanto no plano conceitual quanto no das políticas adotadas, de uma formação reativa de conformidade, como é da natureza passiva de todas as adaptações a uma situação de fato, Lidamos, enfim com um dos capítulos fundamentais da institucionalização da nova ordem mundial que sepultou o ciclo desenvolvimentista do pós-guerra. (...) O escopo dessa análise é de identificar a forma como é construída a legitimação discursiva, as justificativas para a transição de uma agenda a outra e a maneira como se consolida um léxico específico” in ARANTES (2004).

⁹ Ver a esse respeito CARDOSO (2005).

¹⁰ Esse é o solo de minhas investigações no âmbito dos últimos anos. Em trabalhos como o de Isabel Cristina da Costa Cardoso (CARDOSO, 2005) é possível perceber no caso do Rio de Janeiro o vínculo entre o Programa Favela Bairro e as favelas cariocas devidamente revestidas pelo caráter de comunidades. Mas é possível também localizar o discurso e as práticas que envolvem comunidades em Belo Horizonte, Fortaleza, Palmas, Porto Alegre, bem como em cidades de porte médio do Estado de São Paulo como Araraquara, São Carlos e muitas outras. Desse ponto de vista, as “comunidades” estão por todo território, freqüentemente assumindo o caráter de associações ou seus equivalentes. O caso de São Paulo só será particularizado porque ele foi especialmente o solo dessas investigações aqui comentadas.

¹¹ É importante que se mencione aqui o livro de Benedict Anderson, intitulado *Imagined Communities*. Embora o livro diga respeito a comunidades nacionais, qualificando-as como comunidades imaginadas, distanciando-se assim das comunidades de proximidade que colonizam o imaginário contemporâneo, não deixa de ser instigante o fato de que se as nações perdem potência operativa, as comunidades igualmente imaginadas ganham destaque, inclusive como dispositivo de gestão, fornecendo a base para algumas de suas modulações – iniciativas passíveis de serem qualificadas como empreendedorismo, reinvenções do cooperativismo, variações do que se qualifica como associativismo. Essas dimensões são igualmente presas do que Evelina Dagnino denominou como confluência perversa entre a desresponsabilização do Estado e uma suposta auto organização e protagonização da sociedade civil. Ver a esse respeito DAGNINO (2002) e ANDERSON (2002).

¹² A expressão designa as assessorias técnicas que acompanham os movimentos de moradia em mutirões auto gerenciários e urbanização de favelas. Ver uma excelente discussão dessas práticas em SANTOAMORE (2005).

¹³ Para análise do Orçamento Participativo em São Paulo ver RIZEK (2007).

¹⁴ O mutirão do Cazuzu foi constituído com verba da Caixa Econômica Federal, após longo período de mobilizações realizadas pelos cem primeiros moradores – o grupo dos 100, como ficaram conhecidos. A segunda fase do mutirão foi resultado de poupança privada, atraindo famílias de renda mais alta que se constituíram em maioria e, assim, acabaram conquistando a associação de moradores. As dificuldades de regularização fundiária são resultantes inclusive da inexistência pública do trabalho em mutirão, sem a correspondente arrecadação do INSS.

¹⁵ A referência diz respeito ao trabalho de administrar o mutirão como parte da coordenação da associação. Além desse trabalho de “auto-gestão” os membros que dele participavam também tinham que atuar nos canteiros durante os finais de semana. Os regimentos de trabalho implicavam em pontuação necessária para receber as casas. Assim, essa liderança que conferia legitimidade a todo o processo, embora se dissesse “cheia” da auto-gestão, realizava as duas tarefas concomitantemente. Também é curioso que as tarefas à auto-gestão não sejam vistas como trabalho, ainda que ocupem parte considerável do tempo das lideranças que não são dispensadas de nenhuma outra tarefa relativa à realização das obras.

¹⁶ Essas dimensões são especialmente aquelas que se constituíram no bojo dos anos oitenta, quando as cidades são lidas a partir da emergência de novos sujeitos sociais – os movimentos sociais, vistos pelos olhos de Eder Sader como novos personagens que instituíam novas práticas políticas. Ver SADER (1989).

¹⁷ Cf. reportagem da Folha de São Paulo, Caderno Cotidiano, 6/03/2005. A mesma matéria jornalística aponta: que os vigilantes irregulares (entenda-se, inclusive, precarizados e terceirizados nas vias públicas do Estado de São Paulo) já são 400 mil dos quais na capital paulista, 70 mil, segundo estimativas do sindicato da categoria no Estado (Seevissp). Note-se ainda que os vigilantes regulares são 122 mil no Estado, 27.000 na cidade de São Paulo. Porém, de acordo com Jefferson Simões, presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transportes de Valores, que elabora estudo para medir a clandestinidade no país, há 1.550 empresas regulares no país, que empregam 500 mil vigilantes. Note-se que a responsabilidade pela autorização do serviço de vigilância é da Política Federal.

¹⁸ De acordo com os depoimentos colhidos por R. Cabanes em Cidade Tiradentes, as autoridades festejam a queda no número de homicídios no distrito ainda que saibam que ela seja resultante do fato de que “o PCC tomou conta do pedaço” impondo alguma arbitragem nas formas de violência. A informação é do subprefeito de Cidade Tiradentes.

¹⁹ Desse ponto de vista cabe destacar dois elementos: o primeiro diz respeito ao crescimento das associações e de sua posterior institucionalização em ONGs. Assim, de acordo com o diagnóstico produzido pela USINA – Centro de Trabalhos para o ambiente construído sobre o Distrito de Cidade Tiradentes, contabilizavam-se cerca de 280 associações civis. Ver PMSP (2003).

²⁰ “Os diferentes internatos ou meios de confinamento pelos quais passa o indivíduo são variáveis independentes: supõe-se que a cada vez ele recomeça do zero, e a linguagem comum a todos esses meios existe, mas é analógica. Ao passo que os diferentes modos de controle, os controlatos, são variações inseparáveis, formando um sistema de geometria variável (...) Os confinamentos são moldes, distintas moldagens, mas os controles são uma modulação, como uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro.” (DELEUZE, 1992, p.220/221).

²¹ Ver a esse respeito BAUMAN (2001) e CASTEL (2003).

²² Ver a esse respeito PAOLI (2007). A autora qualifica como se segue o contraponto entre gestão e política: “Gestão da sociedade, violência e produção de uma ordem consensual de interpretação sobre a cidade operam por um duplo dispositivo de dissolução de sujeitos políticos e de seus territórios de demandas e exigências críticas. De um lado, aparecem os programas técnicos governamentais e não governamentais dirigidos diretamente para a atenuação das carências críticas em áreas pobres e degradadas da cidade e da falta de acesso de seus habitantes a meios de superá-las. De outro, a violência opera pela manutenção da insegurança, cuja forma institucional de controle repressivo se confunde com a própria transgressão, agressividade e discriminação presente em todos os níveis cotidianos da cidade. Em ambos os casos constituem-se em presenças públicas que tentam aparecer como políticas responsáveis, e talvez haja até a intenção de sê-lo em alguns casos, mas de fato a política é estilhaçada sob uma proliferação desses seus duplos, já que técnicas de intervenção social focalizadas e a violência institucional de controle passam crescentemente por ser ações governamentais ou privadas de ‘políticas de prevenção’ comandadas por um contexto de insegurança, que justifica qualquer medida tomada (pelo poder público ou por entidades privadas) em nome do bem-estar dos habitantes. Há, é evidente, uma grande diferença da referência política original: para serem eficazes, os programas de intervenção salvacionistas e os modos de controle da violência proliferada da cidade tem que operar uma tradução dos acontecimentos que demandam sua ação ‘pacificadora’, para que possam se mostrar como os que tem soluções para o bom funcionamento da cidade. Esta tradução opera o quase impossível: obrigada a ignorar as políticas econômicas estruturais intocáveis de hoje, cujo impacto amplia a falta de meios de sobrevivência e de opções da população, e tentando administrar as sociabilidades violentas e as carências de vários tipos que se (des)enrolam em vidas que apenas sobrevivem em muitas formas de solidão ou desmedida, a intervenção pública e privada sobre a cidade lança mão dos procedimentos do que já foi chamado de ‘racionalidade técnica’, neste caso talvez mais uma ‘racionalidade gerencial’, da qual se espera, neste contexto, o milagre das idéias pragmáticas dos que tem o ‘horror à realidade’.” Algumas das expressões citadas no texto são de Raízes do Brasil. Dialogando com Sérgio Buarque de Holanda, busca requalificar as novas formas de gestão como atualizações significativas das formas de dominação política que caracterizariam o país, discutidas pelo autor.

²³ É preciso notar ainda a indistinção freqüente entre ONGs, associações e comunidades, bem como a extensão de sua proliferação. Assim, a favela de Paraisópolis contava, em 2005, com 42 ONGs, Cidade Tiradentes, com mais de 300 associações. Em sua dissertação de mestrado, José César Magalhães Jr oferece impressionante relato sobre a periferia sul da cidade de São Paulo, apontando a proliferação desse “tecido associativo” e sua transformação em concorrência mercantil parcerias, poder simbólico, por públicos alvo – as “comunidades” - e, evidentemente, fundos e verbas públicas e privadas. Ver MAGALHÃES JR. (2006).

²⁴ Ver entre outros, OLIVEIRA (2003), SANTOS (2007), PAULANI (2006).

²⁵ A expressão é de M. Foucault. Ver especialmente FOUCAULT (2002).